

PENSAR: POLÍTICAS CLIMÁTICAS

COP30: o agro e a agenda do clima



» ROBERTO AZEVEDO
Embaixador, presidente da Iniciativa Internacional para o Agronegócio Brasileiro e ex-diretor da OMC

O agronegócio desempenha um papel de maior relevância nas agendas climática e ambiental. No entanto, é fundamental criar um marco regulatório internacional que viabilize a transição para uma economia sustentável e de baixíssimo carbono. A COP30, que acontecerá neste ano, em Belém (PA), oferece uma excelente oportunidade para darmos a partida nessa direção, desenvolvendo conceitos que confirmam primazia à ciência e ao reconhecimento das diferentes realidades geográficas, econômicas e sociais.

O Acordo de Paris, assinado na COP21, tem como objetivo central fortalecer a resposta global à ameaça das mudanças climáticas e aumentar a capacidade de os países de lidarem com esses iminentes impactos. Entretanto, o grande desafio de manter as temperaturas do planeta em níveis aceitáveis, limitando o aumento a não mais do que 1,5°C, conforme recomendado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), depende do êxito em algumas frentes, como a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEEs), o incremento da produção e utilização da biomassa e seu poder de fotossíntese, a substituição de produtos de origem fóssil por produtos

de base natural, a diminuição da desertificação e a promoção da economia circular.

Nesse sentido, não podemos subestimar o papel que a agricultura desempenha, seja na existência humana ou na contenção do aumento das temperaturas. Oito bilhões de pessoas hoje consomem cerca de 10 bilhões de toneladas de produtos agrícolas, sendo 6 bilhões de alimentos e rações animais, e 4 bilhões de materiais essenciais, como borracha, madeira, combustível, algodão e fibras. Erroneamente negligenciada nas discussões sobre clima, a agricultura é uma ferramenta crítica para o sucesso nas frentes mencionadas.

Se adotarmos ações globais transformadoras, será possível alcançar resultados desejáveis. No entanto, isso não ocorrerá espontaneamente. São urgentes incentivos e estruturas de financiamento adequados para direcionar práticas, pesquisas e investimentos de maneira eficaz. Após a COP29, em Baku (Azerbaijão), por exemplo, prevaleceu a visão de que os mercados de crédito de carbono deveriam ser a nova unidade monetária climática. Ainda assim, é imprescindível muito debate para garantir que essa inovadora moeda seja transacionada com fluidez no plano internacional, sempre ancorada nos requisitos sólidos da rastreabilidade, transparência, auditabilidade e equidade.

Outros mecanismos e significativos aportes financeiros são essenciais para garantir que a transição do setor agrícola se torne realidade em um futuro bem próximo. Isso é particularmente verdadeiro para as economias emergentes. Por isso, não há mais tempo a perder. Não podemos deixar passar essa oportunidade. Governo, setor privado e

sociedade civil devem unir esforços e buscar conciliar posições, com foco na COP30, no Brasil.

A Conferência deste ano, no coração da Amazônia, é o certame ideal para discutir e esclarecer o papel que o setor agrícola pode desempenhar no combate às mudanças climáticas. Mas as abordagens ultrapassadas e simplistas que ignoram as peculiaridades e potencialidades das diferentes geografias não serão suficientes. Será necessário um conjunto abrangente de preceitos focados especificamente na agricultura, capazes de orientar e inspirar discussões, nos planos doméstico e internacional, sobre a contribuição positiva do setor para essa agenda.

Atualmente, a falta de harmonização nas políticas climáticas para o agronegócio dificulta a cooperação transfronteiriça e limita a eficácia dos esforços globais. É preciso estabelecer princípios que, levando em conta as diversas realidades agrícolas e os desafios enfrentados por diferentes países, sirvam de parâmetros para formuladores de políticas, negociadores e outros stakeholders, promovendo uma compreensão comum dos desafios e oportunidades.

Nesse contexto, entidades representativas do setor, como a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB), estão prontas para fomentar a discussão e, ao lado do governo brasileiro e demais stakeholders, inclusive com outros países, liderar o caminho a ser trilhado. A finalidade é sair da COP30 com um mapa claro de como a colaboração internacional pode apoiar a transição do setor agrícola, acelerando o progresso em direção a metas climáticas ambiciosas e garantindo que a rota para o futuro de baixo carbono seja justa e equitativa.



Prefeituras eleitas e eventos climáticos: desafios para 2025



» LUCIANA SONCK
Mestra em planejamento territorial, especialista em governança e sócia-fundadora e CEO da Tewá 225

Brasil está vendo um aumento significativo nos eventos climáticos extremos — como secas prolongadas, chuvas intensas e ondas de calor — e isso traz à tona uma questão urgente: as novas prefeituras e câmaras de vereadores estão realmente preparadas para enfrentar mais um ano de desafios climáticos? Com 87% da população brasileira vivendo em áreas urbanas, as cidades são os primeiros locais em que o impacto das mudanças do clima é sentido, e, por isso, é crucial entender como elas estão se preparando para essa realidade.

As novas administrações que assumiram seus mandatos em janeiro enfrentam uma realidade climática cada vez mais crítica. O ano de 2024 foi o mais quente já registrado, ultrapassando a marca de 1,5°C de aquecimento em relação aos níveis pré-industriais. Após o forte impacto do fenômeno climático El Niño, 2025 será o ano do La Niña, com estiagens no Sul do Brasil e aumento de chuvas no Norte e no Nordeste. Tudo isso exige respostas urgentes para tornar as cidades mais resilientes.

As prefeituras têm um papel central não apenas na adaptação às mudanças, mas também na construção de soluções que integrem as necessidades específicas de cada cidade. As decisões tomadas

terão um impacto direto na vida de milhões de brasileiros, especialmente nas regiões mais vulneráveis. No entanto, os dados do Índice de Convergência Ambiental Total (ICAT) do Painel Farol Verde, feito por levantamento do InfoAmazonia, revelam que, na Amazônia Legal, a grande maioria dos prefeitos eleitos não está alinhada com a agenda ambiental. Apenas 5,8% demonstram comprometimento com políticas climáticas, enquanto 88,86% obtiveram notas abaixo de 25 em uma escala de 0 a 100. Esse quadro exige uma transformação urgente nas gestões municipais, especialmente considerando que a COP30 será sediada em Belém (PA), no fim deste ano.

Embora algumas prefeituras já tenham se comprometido com políticas na área, muitas ainda não estão preparadas para o impacto crescente das mudanças climáticas. Nos municípios de médio e pequeno porte, a situação é ainda mais crítica, com a falta de planejamento e a fragilidade das Defesas Cívicas, o que pode intensificar os danos. Um cenário de desconexão entre as administrações municipais e as políticas climáticas nacionais que será tópicos de urgência na COP30.

Nesse sentido, para enfrentar esses desafios, as novas prefeituras precisam priorizar o clima em seus orçamentos. Em 2024, o Brasil atualizou sua Contribuição Nacional Determinada (NDC), que estabelece metas para redução de emissões de gases de efeito estufa e para adaptação aos impactos climáticos. A nova versão coloca um foco particular no federalismo climático — ou seja, na articulação necessária entre a União, estados e municípios para garantir que as políticas climáticas sejam efetivas em todos os territórios. Por isso, essa articulação

deve ser guiada pelo princípio da justiça climática, buscando uma adaptação justa e equitativa para todos os municípios, e com equidade de recursos para os diferentes níveis federativos.

A justiça climática exige que as soluções não apenas considerem a redução dos impactos, mas também levem em conta as desigualdades históricas (gênero, raça, questões socioeconômicas) que tornam certas populações mais vulneráveis. De acordo com pesquisa do WRI Brasil, políticas climáticas, como o investimento em infraestrutura verde, podem reduzir em até 80% os impactos de enchentes em áreas urbanas vulneráveis, além de, a longo prazo, reduzir custos para as cidades.

Contudo, para que as prefeituras brasileiras se tornem protagonistas na adaptação aos eventos climáticos extremos, é necessário ir além de respostas pontuais e investir em mudanças estruturais. O fortalecimento das Defesas Cívicas, a capacitação de gestores municipais e a articulação com políticas nacionais e internacionais devem caminhar juntas. Não há mais espaço para improvisos, respostas reativas ou o caminho mais “fácil”.

Líderes locais precisam ter o apoio e ferramentas necessárias para entender a urgência de proteger não apenas a infraestrutura urbana, mas, sobretudo, as populações mais vulneráveis, que carregam o peso desproporcional das mudanças climáticas. Investir em resiliência, preservação de biomas como a Amazônia e inclusão social não é apenas uma questão de justiça climática, mas de garantir um futuro viável para todos. Que a COP30, em Belém, este ano, não seja somente de esperança e propostas, mas que as cidades e especialmente suas populações possam vislumbrar ações e mudanças.

A guerra da Ucrânia: uma atualização



» GLÓRIA MARIA VARGAS
Professora associada do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília (UnB)

Em 22 de fevereiro de 2025, cumpriram-se três anos desde o começo da guerra da Ucrânia. Como bem assegurou Carl von Clausewitz, o general prussiano do começo do século 19, nenhuma previsão de guerra é sábia. O melhor é se ater aos fatos no terreno. Como os fatos mais recentes descrevem o que está acontecendo nessa guerra?

Após três anos, Rússia ocupa aproximadamente 20% do território ucraniano, 40 mil civis ucranianos perderam a vida, outras 4 milhões de pessoas foram deslocadas internamente e 6,8 milhões abandonaram o país.

No domínio terrestre, em agosto de 2024, a Ucrânia lançou a ofensiva sobre a região russa de Kursk, que marca a primeira incursão do exército ucraniano em território russo, com a finalidade de desviar tropas e recursos do leste ucraniano. A resposta russa levou à recuperação da metade do território disputado na região, a despeito de uma segunda incursão ucraniana em janeiro de 2025.

Informações recentes revelaram que as tropas russas cruzaram a fronteira em Kursk em direção à região ucraniana de Sumy. Isso é muito problemático para as forças ucranianas, pois significa que as forças russas estão se movimentando para cortar as rotas de circulação e de suprimentos entre os dois países, criando o pesadelo de estrangulamento das forças ucranianas em território russo.

No front ucraniano, a ofensiva russa na região de Kharkiv, em maio de 2024, implicou ganho de território, e, na região de Donetsk, no controle de aproximadamente 4.000 quilômetros quadrados.

Em termos do domínio aéreo, mísseis russos de longo alcance e drones atacam Kiev no último mês e duas regiões adjacentes à capital. Mas a Ucrânia tem conseguido mitigar a superioridade russa pelo uso de drones e aumento de presença da sua força aérea.

Quanto ao espaço marítimo, a Ucrânia impôs uma derrota grande sobre a Rússia no Mar Negro, que perdeu um terço da sua frota, o que significou a redução considerável das suas operações marítimas e anfíbias.

No entanto, depois de vários meses, a situação parece ter chegado a um impasse em que nem a Rússia nem a Ucrânia tem poder suficiente, mesmo quando atravessa as linhas de front do outro país, para criar uma situação de vitória iminente e irreversível. Por isso, quicá seja mais provável que o fim da guerra venha por vias diplomáticas, com os ventos soprando para o lado russo neste momento.

A política externa do presidente Donald Trump mostra sinais de grandes ondas de mudança se aproximando. O primeiro sinal dessa mudança foi a reunião no último dia 18 entre o secretário de Estado, Marco Rubio, o conselheiro de segurança, Mike Waltz, e o chanceler russo, Sergey Lavrov, em Riade, Arábia Saudita, em que se comprometeram a nomear equipes de alto nível para negociar o fim do conflito de forma “duradoura e sustentável”. A reunião aconteceu sem presença ucraniana e europeia.

Simultaneamente, o presidente Trump faz duras críticas ao presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, por não chamar as eleições e por falta de transparência com os recursos recebidos dos Estados Unidos, aproximadamente US\$ 118 milhões, dos quais US\$ 65 milhões em ajuda militar.

O presidente Trump quer promover o final da guerra: já mandou o recado para os russos, para a Europa e para a Otan de que não está disposto a continuar patrocinando o atual status quo. O Conselho Europeu, por sua parte, adotou, neste mês, um pacote de medidas econômicas restritivas que pretendem trazer consequências para setores vitais da economia russa, debilitando ainda mais a capacidade do regime russo de continuar com a ação bélica na Ucrânia.

Entre essas medidas, está o estabelecimento de critérios que permitirão à União Europeia impor medidas a entidades que se beneficiam ou apoiam o complexo militar russo. De igual forma, pretende proibir instituições financeiras, fora do território russo, de usar o Sistema de Transferências Financeiras do Banco Central russo. Há uma lista grande de medidas.

No entanto, a União Europeia terá de chegar a um consenso nada fácil nestes tempos de mudanças rápidas e radicais. Há um caminho cheio de pedras para ela: deve se comprometer com ações mais contundentes no terreno, como envio de tropas, de mais recursos, equipamento e munições. Do contrário, terá de seguir o percurso traçado pelos Estados Unidos.